

Direitos Humanos e Democracia

Instituições Psiquiátricas e Estado Autoritário: uma revisão do conhecimento acadêmico

Bárbara Mateuzzo¹

Fabio Lanza²

Resumo: Este trabalho apresenta um estado da arte sobre a produção acadêmica que investiga a psiquiatria durante a Ditadura Militar no Brasil, com foco na Casa de Saúde Anchieta, em Santos (SP). Foi realizado levantamento e análise bibliográfica de teses, dissertações e artigos científicos, identificando tendências e lacunas. Observa-se predominância de estudos em História, Psicologia e Medicina, com escassa abordagem sociológica. Os trabalhos revisados evidenciam a utilização da psiquiatria como instrumento de controle social e repressão, ao passo que iniciativas como o Projeto TamTam demonstram práticas de cuidado e inclusão, apontando desafios e oportunidades para novas pesquisas.

Palavras-chave: estado da arte; ditadura militar; psiquiatria; controle.

Abstract: This paper presents a state of the art on academic research investigating psychiatry during the Military Dictatorship in Brazil, focusing on the Casa de Saúde Anchieta in Santos (SP). A bibliographic survey and analysis of theses, dissertations, and scientific articles were conducted to identify trends and gaps. Most studies are concentrated in History, Psychology, and Medicine, while sociological approaches remain scarce. The reviewed works reveal psychiatry's use as an instrument of social control and repression, whereas initiatives like the TamTam Project demonstrate practices of care and inclusion, highlighting challenges and opportunities for future research.

Keywords: state of the art; military dictatorship; psychiatry; control.

¹ Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL (PPGSOC)
barbara.mateuzzo@uel.br

² Professor pós doutor vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UEL lanza@uel.br

INTRODUÇÃO

1. Breves considerações sobre a pesquisa

Para apresentar o estado da arte da presente pesquisa no mestrado em Sociologia, faz-se necessário contextualizar, ainda que brevemente, o percurso acadêmico que fundamenta a escolha do tema e seus recortes analíticos. A aproximação com a temática teve início durante a graduação em Ciências Sociais, por meio do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Na ocasião, a pesquisa buscou compreender de que maneira ideais eugênicos influenciaram os tratamentos psiquiátricos no Brasil entre 1900 e 1945, bem como analisar como esses discursos se consolidaram no processo de institucionalização do campo psiquiátrico no país. Durante o levantamento bibliográfico, foi possível identificar uma lacuna significativa na produção sociológica acerca da temática, especialmente quando comparada à presença mais expressiva em áreas como História e Psicologia.

Diante dessa ausência, tornou-se necessário recorrer a uma abordagem interdisciplinar, mobilizando contribuições de diferentes campos do conhecimento. Esse movimento evidenciou não apenas a complexidade do objeto de estudo, mas também a necessidade de articulação entre distintas perspectivas analíticas para a sua compreensão. Ao mesmo tempo, o contato com produções de áreas como a medicina implicou desafios teóricos e metodológicos, que, embora exigentes, contribuíram para o aprofundamento crítico da pesquisa.

Além disso, a escassez de bibliografia específica na Sociologia levou à incorporação de fontes documentais como estratégia central de investigação. A análise de jornais, revistas médicas e outros materiais do período permitiu o acesso direto aos discursos e representações da época, constituindo uma etapa fundamental para a construção do corpus empírico e para o desenvolvimento de habilidades metodológicas vinculadas à pesquisa documental.

A conclusão da pesquisa de graduação suscitou novas questões relativas a

outros períodos históricos, especialmente no que se refere ao papel das instituições psiquiátricas em contextos políticos autoritários. Nesse sentido, a presente pesquisa volta-se para o período da Ditadura Militar brasileira (1964–1985), com o objetivo de analisar de que maneira instituições psiquiátricas e discursos médicos se articularam as dinâmicas de repressão, controle social e produção de normalidade nesse contexto. Parte-se da hipótese de que, em um cenário marcado pela consolidação prévia de práticas excludentes e por influências de teorias eugênicas, tais concepções não apenas persistiram durante o regime ditatorial, como também foram reforçadas por ele. Assim, considera-se que instituições psiquiátricas podem ter atuado em consonância com o Estado autoritário, contribuindo para a intensificação de mecanismos de segregação e controle, legitimados por discursos médicos e pela lógica da ordem vigente.

Adicionalmente, levantam-se questionamentos acerca do possível uso dessas instituições como espaços de repressão indireta, incluindo práticas de internação arbitrária e, eventualmente, de violência institucional. Nesse contexto, a dissidência política, tratada como um problema a ser combatido, pode ter operado como estratégia de deslegitimação e neutralização de sujeitos considerados subversivos.

A partir dessas inquietações, destaca-se o interesse pelo estudo da Casa de Saúde Anchieta, instituição psiquiátrica particular localizada na cidade de Santos (SP), fundada em 1951 e alvo de intervenção municipal em 1989, após denúncias de graves violações de direitos humanos. Conhecida como “Casa dos Horrores”, a instituição se configura como um espaço relevante para a investigação das articulações entre psiquiatria, violência institucional e memória social, especialmente por sua inserção em um período próximo ao regime militar.

Apesar de sua importância para a compreensão da luta antimanicomial e do processo de reforma psiquiátrica no Brasil, a Casa de Saúde Anchieta permanece pouco explorada academicamente, sobretudo no campo da Sociologia. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna, ao analisar a relação entre instituições psiquiátricas e o Estado autoritário,

articulando dimensões históricas, políticas e sociais.

2. ESTADO DA ARTE

Ao iniciar o levantamento em bases de dados para investigar a produção acadêmica sobre o tema, utilizou-se o Portal de Periódicos da CAPES, na seção de “*Catálogo de teses e dissertações*”. Inicialmente, foi realizada uma busca ampla com o descritor “ditadura militar”, que resultou em 2.752 trabalhos, entre os quais 1.778 dissertações de mestrado e 630 teses de doutorado.

Em seguida, a busca foi refinada com a inclusão do descritor “Brasil”, reduzindo o número de resultados para 1.477. Por fim, ao aplicar um filtro mais específico, combinando os termos “ditadura militar” e “psiquiatria”, observou-se uma redução expressiva no número de trabalhos, totalizando apenas 15 produções, sendo 11 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado.

Figura 1- Tabela sobre os trabalhos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES.

Trabalhos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES			
ANO	ÁREA	MESTRADO	DOUTORADO
2000	Saúde Coletiva	X	
2003	Psicologia Clínica	X	
2004	Serviço Social	X	
2008	Psicologia Social		X
2008	História		X
2011	História	X	
2011	Medicina Preventiva	X	

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Trabalhos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES			
2012	História das Ciências	X	
2012	Interdisciplinar em Ciências Humanas		X
2012	História	X	
2015	Enfermagem	X	
2019	Teoria Literária e Crítica da Cultura	Z	
2021	História	X	
2021	Saúde Coletiva		X
2021	Direito	X	

Fonte: dados do Portal de Periódicos da CAPES, organizados pela autora.

A tabela apresentada reforça o argumento inicial acerca da escassez de pesquisas que articulam a temática da saúde mental ao campo da Sociologia, uma vez que não foram identificados trabalhos dessa área no recorte temporal analisado (2000–2021). Além disso, observa-se um intervalo significativo entre as produções, sendo que parte considerável dos estudos possui mais de uma década, enquanto os mais recentes datam de 2021.

Além disso, no processo de acesso aos trabalhos acadêmicos, identificou-se uma dificuldade adicional. Em razão de parte significativa das produções ser anterior à consolidação da Plataforma Sucupira³, não foi possível obter acesso integral a todos os estudos localizados. Dos 15 trabalhos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, apenas 7 puderam ser consultados na íntegra, sendo os demais analisados exclusivamente a partir de seus resumos.

Outro aspecto que merece destaque é que, mesmo entre os trabalhos acessados, a maioria não dialoga diretamente com o recorte proposto nesta pesquisa. Embora alguns compartilhem o mesmo período histórico, os temas

³ A Plataforma Sucupira, mantida pela CAPES, é utilizada pelas universidades para registrar e acompanhar a produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação, incluindo teses e dissertações, contribuindo para a avaliação dos cursos.

abordados são distintos, não apresentando proximidade conceitual ou analítica com o foco deste estudo.

Após essa etapa, foi realizada uma busca utilizando o descritor “Casa de Saúde Anchieta”, na qual foram identificadas cinco dissertações de mestrado. As quais são: uma dissertação em Enfermagem, datada de 1995; duas dissertações do ano de 2000, sendo uma na área de Ciências Sociais e outra em Serviço Social; e, mais recentemente, duas dissertações de 2019, uma em Políticas Públicas e outra em Interdisciplinar em Ciências da Saúde⁴. Como mencionado anteriormente, embora tenham sido identificadas cinco dissertações, nenhuma delas estava disponível para acesso integral em formato online. Em alguns casos, a indisponibilidade decorre da ausência de autorização para divulgação, enquanto, em outros, está relacionada ao fato de se tratarem de trabalhos anteriores à consolidação dos repositórios digitais. Dessa forma, não foi possível realizar a análise direta dessas produções.

Essa limitação evidencia não apenas dificuldades de acesso à produção acadêmica, mas também os desafios metodológicos envolvidos na investigação de temas marcados pela baixa disponibilidade de fontes sistematizadas. Nesse sentido, a ausência de acesso às produções identificadas, somada à escassez de estudos sobre o tema, reforça não apenas a lacuna existente na literatura, mas também evidencia limitações estruturais na circulação e disponibilização do conhecimento acadêmico. Nesse contexto, a presente pesquisa se insere em um campo ainda pouco explorado, especialmente no âmbito da Sociologia, buscando contribuir para a ampliação das análises sobre as relações entre instituições psiquiátricas, Estado e mecanismos de controle social no período da Ditadura Militar. Ademais, a dificuldade de acesso a estudos específicos sobre a Casa de Saúde Anchieta aponta para a fragilidade da memória acadêmica e documental acerca dessa instituição, reforçando a relevância de investigações que busquem recuperar e problematizar esse histórico.

Diante desse cenário, caracterizado pela escassez e pela dificuldade de

⁴ Dados coletados no Portal de Periódicos da Capes na seção de Teses e Dissertações.

acesso às produções acadêmicas, destacam-se alguns trabalhos que dialogam mais diretamente com o recorte proposto nesta pesquisa, os quais serão analisados a seguir. Inicialmente, destaca-se a dissertação de mestrado de Marina Soares Oliveira, intitulada “*‘Comportamento Inadequado’: uma análise sobre as internações psiquiátricas de presas políticas no Brasil na década de 1970*”, defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). No trabalho, a autora adota um recorte de gênero para analisar de que maneira mulheres foram afetadas pelas políticas autoritárias do regime militar, evidenciando os mecanismos específicos de repressão direcionados a esse grupo.

No trabalho, Marina Soares argumenta que comportamentos femininos que se afastavam dos padrões tradicionais de feminilidade eram frequentemente considerados subversivos, tornando essas mulheres alvos do regime militar. Nesse contexto, tais condutas eram também patologizadas, acionando um aparato médico responsável por diagnosticar e legitimar sua exclusão sob o discurso da saúde mental.

A autora demonstra que a psiquiatria, embora se apresentasse como neutra e científica, estava diretamente articulada ao Estado, sendo mobilizada como instrumento de controle social. Médicos atuaram, em muitos casos, em conformidade com o regime, seja por alinhamento ideológico ou por medo de perseguições. Assim, categorias sociais e políticas foram convertidas em diagnósticos médicos, ampliando a exclusão de sujeitos considerados “indesejáveis”.

Além disso, evidencia-se que o regime impunha padrões rígidos de feminilidade, restringindo a participação política das mulheres. Aquelas que não se adequavam eram duplamente marginalizadas: pelo Estado e, em certa medida, por setores da própria esquerda. A pesquisa evidencia como diferentes instituições, como o sistema penal e a psiquiatria, atuaram de forma articulada na produção e manutenção da ordem social durante o período, mobilizando saberes médicos para legitimar intervenções como a internação compulsória e a exclusão de sujeitos

considerados desviantes. Nesse contexto, observam-se formas de controle que operam por meio de dispositivos institucionais e discursivos, regulando comportamentos e subjetividades. As internações psiquiátricas assumem, assim, um papel central na gestão da dissidência, contribuindo para a medicalização de práticas políticas.

Essas dinâmicas tornam evidentes as violações sistemáticas de direitos civis e políticos, nas quais a repressão não se restringe à violência física, mas se estende à deslegitimação e anulação do sujeito político por meio de discursos médicos e morais.

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em análise documental, utilizando laudos psiquiátricos, processos penais e fontes secundárias, como jornais e revistas médicas, a partir de referenciais da Análise do Discurso e da Análise de Conteúdo. Foram examinados 11 casos de mulheres em diferentes cidades brasileiras.

Por fim, a autora destaca a escassez de estudos sobre o tema e a necessidade de aprofundar as investigações acerca das relações entre psiquiatria, gênero e repressão política. Nesse sentido, seu trabalho dialoga diretamente com a presente pesquisa, ainda que não adote o mesmo recorte. A análise das internações psiquiátricas de presas políticas evidencia mecanismos institucionais e discursivos de controle social, contribuindo para a compreensão das práticas autoritárias do Estado. Assim, seus achados constituem um referencial relevante para a análise das estratégias de exclusão e patologização da dissidência política, além de apresentarem proximidade metodológica, especialmente no uso da pesquisa documental.

Além desse trabalho, cabe destacar um trabalho com o qual já tinha contato prévio: a dissertação de mestrado de Alexandre Maciel Guedes, defendida em 2019 na Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada “*Violência manicomial: a psiquiatria na repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil*”. Embora não tenha sido localizada no catálogo de teses da CAPES durante a busca realizada, trata-se do estudo que mais se aproxima dessa pesquisa, tanto pela temática quanto pela

Em seu trabalho, Alexandre Guedes demonstra como práticas psiquiátricas foram legitimadas durante a ditadura, de modo que indivíduos que desviavam das normas impostas pelo regime eram silenciados por meio do estigma da loucura. O autor evidencia que, embora houvesse profissionais alinhados ao regime, também existiram resistências, que contribuíram para o surgimento das mobilizações da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica no Brasil.

A pesquisa analisa como instituições psiquiátricas foram mobilizadas como instrumentos de controle social e político, caracterizando a “violência manicomial” como uma forma de repressão institucional. Presos políticos foram internados não necessariamente por diagnósticos clínicos, mas por decisões vinculadas ao aparato repressivo, incluindo a produção de laudos forjados. O estudo apresenta dados, como 24 casos identificados pela imprensa, de internações realizadas por ordem judicial ou militar, mesmo sem a existência de diagnóstico psiquiátrico tradicional. Nesse contexto, a psiquiatria é apresentada como um campo instrumentalizado, no qual a patologização da dissidência permitiu transformar a prisão política também em internação psiquiátrica. O autor demonstra que, nesses casos, a “loucura” operava mais como justificativa política do que como condição médica, funcionando como mecanismo de invisibilização e neutralização de opositores.

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em análise documental, com uso de acervos digitais, jornais, relatórios da Comissão Nacional da Verdade e depoimentos de ex-presos. O autor também destaca as dificuldades de acesso às fontes e a escassez de estudos sobre o tema. Por fim, evidencia-se como práticas institucionais e saberes médicos foram mobilizados para o controle e a repressão, com a utilização de diagnósticos e laudos como instrumentos de silenciamento político.

Em síntese, ambos os trabalhos se aproximam em suas conceituações e abordagens teóricas, evidenciando a relevância do tema e, ao mesmo tempo, sua ainda limitada exploração na produção acadêmica. Tal constatação reforça a necessidade de ampliação das pesquisas nessa área, não apenas para aprofundar a compreensão dessas dinâmicas, mas também para contribuir com a preservação

2.2 Produção em artigos científicos

Diante das limitações identificadas na produção de teses e dissertações, realizou-se uma busca por artigos científicos com o objetivo de ampliar o levantamento bibliográfico sobre o tema. Essa etapa permitiu identificar novas abordagens e contribuições relevantes, ainda que, novamente, se observa a predominância de áreas como História e Psicologia, em detrimento da Sociologia. Dessa forma, a pesquisa se insere em um campo ainda pouco explorado na literatura, buscando contribuir para a ampliação das análises sobre o tema e para a construção de novas interpretações acerca das dinâmicas e práticas envolvidas. Ao dialogar com contribuições de outras áreas, também procura colaborar com o desenvolvimento de abordagens sociológicas sobre a questão.

Dentre os trabalhos selecionados, destaca-se o artigo “A ‘liberdade é terapêutica’: algumas reflexões sobre a loucura, controle social e ditadura militar no Brasil”, do historiador Éder Mendes de Paula, do ano de 2022. O autor analisa criticamente a relação entre loucura, institucionalização e práticas de controle durante a Ditadura Militar, argumentando que a loucura não deve ser compreendida apenas como questão médica, mas como categoria social e política articulada a mecanismos de normatização e disciplinamento.

Nesse contexto, a psiquiatria e as instituições asilares são apresentadas como integradas a uma lógica de controle social, marcada por práticas de segregação, confinamento e violação de direitos. Indivíduos considerados desviantes eram frequentemente classificados como “loucos”, evidenciando a função sociopolítica da psiquiatria na manutenção da ordem por meio da exclusão.

O autor demonstra que essa dinâmica se articula ao projeto autoritário do regime, no qual a psiquiatria atua como instrumento de controle de populações que escapavam aos padrões estabelecidos. Práticas como internações prolongadas,

ausência de critérios de alta e rotinas desumanizantes revelam o caráter repressivo dessas instituições, nas quais o discurso médico contribuía para legitimar o confinamento. Além disso, o artigo aponta que essa articulação entre saber médico e poder estatal não se restringe à ditadura, mas se insere em uma trajetória histórica marcada pela marginalização de populações vulnerabilizadas. Ainda assim, o período autoritário intensificou tais práticas, ampliando mecanismos de vigilância, controle e exclusão.

Dessa forma, o estudo contribui para compreender os manicômios como tecnologias de poder que ultrapassam o campo da saúde, evidenciando a instrumentalização de saberes médicos na produção de controle social e na legitimação de práticas repressivas. Metodologicamente, trata-se de uma análise teórico-bibliográfica, combinada ao uso de fontes documentais e à análise do discurso.

Outro trabalho selecionado foi, o artigo “*A medicina e a tortura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*”, da médica Gláucia Celeste Frota Gumes, do ano de 2024. Este trabalho analisa a participação de médicos em práticas de tortura e no encobrimento de crimes durante o regime militar. Profissionais da saúde avaliaram a resistência física de presos políticos, acompanharam interrogatórios e forneceram assistência que permitia a continuidade da coerção. Laudos falsos, atestados manipulados e relatórios de necropsia ocultaram sinais de tortura, contribuindo para impunidade.

Nesse sentido, diagnósticos psiquiátricos foram usados para rotular opositores como “doentes mentais”, legitimando internações compulsórias, isolamento e desqualificação de denúncias. Essas ações integravam um funcionamento institucional em que saber médico e poder estatal reforçavam mecanismos de controle social e repressão política. A análise de documentos e decisões do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina evidencia que, embora algumas punições tenham sido propostas, o contexto autoritário impediu responsabilizações efetivas, revelando fragilidades éticas da profissão. O estudo mostra como o conhecimento médico pode ser mobilizado como instrumento de

violência institucional e destaca a necessidade de recuperar a memória histórica para compreender ética, direitos humanos e o papel social das instituições de saúde no Brasil.

Por fim, outro artigo que será destacado é *“Projeto Tam Tam: políticas em saúde mental via linguagens artísticas”*, dos autores Luci Mendes de Melo Bonini, Christian Cardim Dias, Francisco Carlos Franco, Celi Langhi, Renan Antônio da Silva, do ano de 2019. Esse trabalho foi selecionado por abordar especificamente a Casa Saúde Anchieta, objeto desta pesquisa.

Este trabalho analisa a trajetória e os fundamentos teóricos de uma das experiências de inclusão social e atenção em saúde mental da cidade de Santos (SP). O estudo contextualiza a criação do projeto em 1989, período marcado pelo avanço da Luta Antimanicomial e pela implementação da Reforma Psiquiátrica, que buscava substituir o isolamento asilar por redes de cuidado em liberdade. O objetivo central consiste em examinar como as linguagens artísticas, o teatro, a dança e a música, funcionam como dispositivos de desinstitucionalização, possibilitando que sujeitos em sofrimento mental ou com deficiências transitem da condição de pacientes para protagonistas de sua própria produção estética. Este projeto foi realizado com os internos e seus familiares, da Casa de Saúde Anchieta, instituição psiquiátrica de Santos que sofreu uma intervenção municipal em 1989.

O trabalho apresenta como o Projeto Tam Tam era realizado, alinhando artes e expressões artísticas à prática de inclusão social e à reabilitação psicossocial dos internos da Casa de Saúde Anchieta. As oficinas promoviam atividades de teatro, dança, música, artes plásticas e produção de jornais, possibilitando que os pacientes se expressassem de forma criativa, compartilhassem suas experiências e se relacionassem com a comunidade externa. Essa abordagem integradora não apenas estimulava a autonomia e a autoestima dos participantes, mas também transformava os espaços do hospital em territórios de cidadania, promovendo o diálogo entre os sujeitos internados e a sociedade.

O projeto articula a produção artística com estratégias de visibilidade social,

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

por meio da circulação de murais, publicações e programas de vídeo, permitindo que os internos da Casa de Saúde Anchieta ocupassem espaços públicos e exercessem sua autoria sobre narrativas antes marcadas pelo confinamento. Dessa forma, a prática do TamTam configurava-se como um dispositivo de desinstitucionalização, aproximando-se das diretrizes da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, ao inserir os sujeitos em contextos culturais e comunitários e oferecer-lhes a possibilidade de protagonizar seus processos de cuidado e expressão.

Esse trabalho utilizou como metodologia o estudo de caso de documentos arquivados do idealizador do projeto além de documentos no próprio site do Projeto. As conclusões destacam que o Projeto TamTam atua na interface entre Saúde Coletiva, Educação e Cultura, evidenciando que a reabilitação psicossocial está intrinsecamente ligada à garantia de direitos fundamentais. No âmbito das políticas públicas, o estudo reforça a necessidade de modelos de atenção psicossocial que integrem a arte como elemento central das redes de suporte, essenciais para a consolidação da cidadania e da dignidade humana em contextos pós-asilares.

Em síntese, os artigos analisados mostram que a saúde mental durante a Ditadura Militar esteve fortemente ligada a práticas de controle social e repressão, ao mesmo tempo em que evidenciam formas de resistência e cuidado. Esses estudos fornecem subsídios importantes para a presente pesquisa, reforçando a necessidade de investigar como a Casa de Saúde Anchieta se inseriu nesse contexto.

Esses artigos evidenciam diferentes dimensões da relação entre saúde mental e poder durante a Ditadura Militar: enquanto a maior parte demonstra como a psiquiatria foi mobilizada para controle social e repressão, o estudo sobre a Casa de Saúde Anchieta revela práticas de cuidado e inclusão. A análise combinada dessas contribuições permite compreender melhor a complexidade das instituições psiquiátricas nesse período, fornecendo subsídios para a investigação sociológica das estratégias de exclusão, resistência e transformação social presentes no contexto da Ditadura Militar.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica sobre saúde mental e Ditadura Militar evidencia uma lacuna significativa no campo da Sociologia, sendo a maior parte das pesquisas concentrada em áreas como História, Psicologia e Medicina. Essa escassez reforça a relevância da presente pesquisa, que busca investigar sociologicamente o papel das instituições psiquiátricas no contexto autoritário, articulando dimensões históricas, políticas e sociais.

Os estudos revisados demonstram que a psiquiatria foi mobilizada como instrumento de controle social e repressão, legitimando práticas de exclusão e patologização da dissidência. Ao mesmo tempo, iniciativas como o Projeto TamTam, desenvolvido na Casa de Saúde Anchieta, evidenciam possibilidades de cuidado, inclusão e protagonismo dos sujeitos internados. Essa tensão entre repressão e cuidado revela a complexidade das instituições psiquiátricas durante o período, destacando sua inserção em estratégias de poder e suas consequências para os indivíduos e para a memória social.

Dessa forma, a presente pesquisa se propõe a preencher lacunas existentes, investigando como a Casa de Saúde Anchieta se inseriu no contexto da Ditadura Militar e quais foram os efeitos sociológicos de suas práticas institucionais. Ao articular análise documental, revisão bibliográfica e abordagem interdisciplinar, o estudo pretende contribuir para a compreensão crítica da saúde mental como campo de intervenção social, política e histórica, fortalecendo a análise sociológica das relações entre Estado, instituições e sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUEDES, Alexandre Maciel. **Violência manicomial: a psiquiatria na repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil**, 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

GUMES, Gláucia Celeste Frota. A medicina e a tortura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, [S. l.], v. 13, n. 01, p. 39–57, 2024.

MENDES DE PAULA, Éder. A “liberdade é terapêutica”: algumas reflexões sobre a loucura, controle social e ditadura militar no Brasil. **Revista Expedições**, Morrinhos, 15: 24-47 AGO.-DEZ. 2020.

MENDES DE MELO BONINI, Luci; CARDIM DIAS, Christian; CARLOS FRANCO, Francisco; LANGHI, Celi; DA SILVA, Renan Antonio. PROJETO TAM TAM: POLÍTICAS EM SAÚDE MENTAL VIA LINGUAGENS ARTÍSTICAS. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 188–210, 2019. DOI: [10.5281/zenodo.13285353](https://doi.org/10.5281/zenodo.13285353). Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/revasf/article/view/884>.

OLIVEIRA, Marina Soares. **O “comportamento inadequado”: uma análise sobre as internações psiquiátricas de presas políticas no Brasil na década de 1970**. 2021. 237 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.